



OS COLETIVOS NEGROS E ANTIRRACISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS RACIAIS DURANTE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

THE BLACK AND ANTI-RACIST COLLECTIVES OF THE FLUMINENSE FEDERAL UNIVERSITY IN THE CONTEXT OF RACIAL CONFLICTS DURING THE PROCESS OF IMPLEMENTING AFFIRMATIVE ACTIONS

Marcelo Barbosa Santos¹

RESUMO

Este artigo é resultado de estudos referentes aos conflitos raciais existentes nas universidades públicas. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a atuação dos coletivos negros e antirracistas da Universidade Federal Fluminense (UFF) nos conflitos raciais, que envolvem estudantes negros(as), relacionados ao contexto da implementação das ações afirmativas, durante os anos de 2017 a 2019. Na pesquisa, foram analisados relatos de conflitos na UFF, envolvendo estudantes negros(as), obedecendo à seguinte sistematização: 1) conflitos de sujeitos negros(as) pertencentes ao corpo discente; 2) conflitos entre estudantes negros(as) e docentes; e 3) conflitos entre estudantes negros(as) e a administração universitária. Do ponto de vista metodológico, o trabalho se orienta, fundamentalmente, por uma abordagem qualitativa que se relaciona a dados quantitativos coletados durante a realização da pesquisa. Concluímos que os embates aqui retratados reafirmam o que a literatura tem discutido a respeito dos conflitos étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito Racismo, Ação afirmativa, Educação, Universidade.

ABSTRACT

This article is the result of studies referring to racial conflicts existing in public universities. The objective of this work is to reflect on the performance of black and anti-racist collectives at the Fluminense Federal University (UFF) in racial conflicts, involving black students, related to the context of the implementation of affirmative actions, during the years 2017 to 2019. In the research, reports of conflicts at the UFF, involving black students, were analyzed, following the following systematization: 1) conflicts of black subjects belonging to the student body; 2) conflicts between black students and teachers; and 3) conflicts between black students and university administration. From a methodological point of view, the work is fundamentally guided by a qualitative approach that relates to quantitative data collected during the research. We conclude that the clashes portrayed here reaffirm what the literature has discussed about ethnic-racial conflicts.

KEYWORDS: Conflict, Racism, Affirmative action, Education, University.

¹ Possui graduação em História com Licenciatura e Bacharelado - UFF (1992/1994), Especialização em Marketing Empresarial - UFF (2003), Especialização em Conselhos Nacionais (Ciência Política) - UFMG e Presidência da República (2010), Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas - UNICAMP e Fundação Perseu Abramo (2015), Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2011) e Doutorando em Política Social UFF (2017). Atualmente é assistente administrativo da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, Educação, Antropologia, Ciência Política, Política Social atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Pública, Administração, História, Educação e Ação afirmativa nas universidades. E-mail: uff.marcelo.rj@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado dos estudos realizados para a elaboração da tese de Doutorado em Política Social intitulada *Conflitos na Universidade Federal Fluminense. Uma reflexão sobre as interações entre estudantes cotistas negros e comunidade universitária no contexto das ações afirmativas*, defendida em junho de 2020 na Universidade Federal Fluminense (UFF). O objetivo deste artigo é dar destaque às principais reflexões elaboradas na tese sobre a atuação dos coletivos negros e antirracistas da UFF nos conflitos raciais envolvendo estudantes negros(as) no contexto da implementação das ações afirmativas, durante os anos de 2017 a 2019.

Para este artigo, destacamos da tese as considerações sobre o trato teórico, baseadas naquilo que é categorizado por Pierre Bourdieu como *habitus* (1983) e campo (2004). Ademais, delineamos uma breve descrição da composição racial da UFF, com o consequente recorte de alguns depoimentos sobre os conflitos na instituição, seguida de algumas considerações sobre as questões apresentadas.

O conceito de *habitus* de Bourdieu (1983) tem a ambição de questionar a antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia, visto que aborda as relações sociais a partir de uma perspectiva de análise que busca a forma como os elementos constitutivos da estrutura social são incorporados pelos agentes e condicionam disposições para sentir, pensar e agir. De outra forma, podemos afirmar que o conceito de *habitus* é elaborado pelo autor a partir da necessidade científica de dar conta das relações de afinidade entre o comportamento dos agentes, as estruturas e os condicionamentos sociais.

A partir das considerações de Bourdieu (2004), a comunidade universitária da UFF foi eleita como a principal base para a coleta e a análise de depoimentos para o estudo. Nesse sentido, os relatos extraídos dos coletivos negros e antirracistas da UFF foram determinantes para o resultado da pesquisa. Para essa tarefa, foram realizadas 50 entrevistas, sendo três descartadas², resultando em 47 aproveitadas. Desse total, tivemos 20 estudantes, 7 técnico-administrativos em educação e 20 docentes. Salientamos, ainda, que o anonimato foi garantido a todos e que, do ponto de vista racial, os entrevistados foram identificados a partir de autodeclaração.

Em continuidade, a respeito dos coletivos políticos negros e antirracistas na UFF, destacamos: os NEABIs; o Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF Iolanda de Oliveira (CENUFF); o Encontro de Professores Negros, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF

² As três entrevistas foram descartadas em função da má qualidade do áudio capturado pelo equipamento de gravação no momento da entrevista.



(ENUFF); o Coletivo de Estudantes Negros da UFF UBUNTU; o Coletivo Negro Mercedes Baptista; o Coletivo Lélia González, da Arquitetura; o Coletivo de Negros da Praia Vermelha; o Coletivo Narrativa Preta, do Instituto de Letras; o Coletivo de Estudante Negrxs de Medicina; o Coletivo de Estudantes Negros Douglas Nicácio, da Geografia; o Grupo Afrofeminista Anastácia Bantu, do Direito; e o Coletivo de Estudantes negros e negras, da Fac. de Direito Negro Caó.

A ida a campo possibilitou a coleta de vários depoimentos, todos analisados a partir da literatura teórica indicada na tese. Com foco nos conflitos na UFF relacionados aos(as) estudantes negros(as), os relatos foram sistematizados da seguinte forma: 1) conflitos de sujeitos negros(as) pertencentes ao corpo discente; 2) conflitos entre estudantes negros(as) e docentes; e 3) conflitos entre estudantes negros(as) e a administração universitária.

Do ponto de vista teórico, o estudo tem como principais referências as formulações de *habitus* racial (LAHIRE, 2005), racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e drama social (TURNER, 1996). De maneira objetiva, o *habitus* racial seria um aspecto do *habitus* bourdieusiano, ou seja, parcela de um conjunto de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação que reforçaria e legitimaria em algum sentido a dominação racial.

Dessa forma, a noção de *habitus* racial está ligada diretamente à reprodução do racismo durante as atividades humanas, isto é, a dominação racial e a essencialização negativa dos grupos humanos racializados são perpetuadas no cotidiano da vida das pessoas. Enfim, a reprodução do racismo acontece no dia a dia, com recriação cotidiana das relações sociais, de pais para filhos, de geração a geração. Nesse sentido, diz Lahire:

O racismo não é somente uma ideologia; é um aspecto do *habitus*. O *habitus* racial consiste em categorias raciais de percepção dos outros e de si mesmo; um conjunto de relações entre essas e outras categorias, classificando as capacidades, tendências comportamentais e qualidades morais; disposições corporais e emoções - de atração ou repulsão, confiança ou suspeita, segurança ou medo, etc. - a respeito das pessoas assim categorizadas; e esquemas de ação a respeito delas. O *habitus* racial é internalizado pela experiência em um mundo social racializado e, como o *habitus* em geral, pode ser complexo e contraditório (LAHIRE 2005, p. 20).

A construção teórica de *habitus* racial elaborada por Lahire (2005) parte do pressuposto de que o racismo está posto, ao mesmo tempo, no estado objetivo das coisas e assim em estado incorporado, agindo como o social incorporado, o social feito corpo no corpo de um ser humano, de um indivíduo, de um grupo social ou de uma instituição, portanto, nos *habitus* dos agentes sociais, funcionando como um sistema de percepções, de apreciações, de pensamento, de ação e de etiqueta social.



Ainda sobre os ditames teóricos do trabalho, destacamos a utilização da formulação de racismo estrutural desenvolvida por Almeida (2018). Partimos do entendimento de que essa concepção sobre o fenômeno do racismo se mostra mais adequada na medida em que não considera o racismo como exclusivo da ação individual, apresentando a dimensão do poder como elementar para as relações raciais, numa lógica do poder de um grupo sobre outro e de um grupo sobre as instituições ou de uma ordem social sobre as instituições. Dessa forma, Almeida indica:

[...] se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua ação condicionada a uma estrutura social previamente existente –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de outro modo, mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Em suma, na perspectiva estrutural, o racismo apresenta-se no cotidiano das sociedades, em diferentes dimensões, e leva as pessoas e os grupos raciais e étnicos subalternizados a uma exclusão igualmente estrutural.

No que diz respeito à formulação de drama social, Turner (1996) faz uso criativo da analogia do drama/teatro para a compreensão da vida social. Em suas análises, o antropólogo faz com que emerjam à superfície de regularidades sociais, na forma de dramas as contradições e os conflitos latentes que lhes conferem dinamismo vital. Nesse sentido, a ideia de drama social passa a ser um dos conceitos centrais do pensamento de Turner, tomada como a principal unidade de descrição e análise no estudo do processo social. Dramas sociais são definidos como

[...] uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo [...] representam uma complexa interação entre padrões normativos estabelecidos no curso de regularidades profundas de condicionamento e da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos no aqui e no agora (TURNER, 1996, p. 21-22).

Neste estudo a formulação de drama social desenvolvida por Turner foi utilizada, principalmente, como suporte teórico para as análises dos relatos de conflitos na UFF colhidos durante a pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho se orientou, fundamentalmente, por uma abordagem qualitativa, que por sua vez, relaciona-se aos dados quantitativos coletados durante a pesquisa. Como o autor deste estudo é servidor da UFF, a ida a campo foi sustentada a partir da construção teórica bourdieusiana sobre objetivação participante (BOURDIEU, 2003). O trabalho

ainda contou com um levantamento bibliográfico de fontes na esfera pública e institucional, tais como jornais, revistas, páginas eletrônicas e redes sociais, além de uma ampla pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros e artigos relativos ao campo das ciências sociais, com destaque para os estudos em sociologia, educação, serviço social e história.

2 A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) COMO CAMPO

A escolha da comunidade universitária da UFF como campo (BOURDIEU, 2004) para a análise dos conflitos em que estudantes negros estão implicados, impõe-nos a tarefa de descrever, parcialmente, a estrutura da Universidade, ou seja, de salientar suas forças, oposições, propriedades, distribuição e história (BOURDIEU, 2014). Com base na pesquisa feita para tese³ e na perspectiva de possibilitar uma maior contextualização ao leitor, prosseguiremos esta escrita com alguns destaques.

A UFF é considerada uma das mais importantes universidades do país. Sua sede principal fica em Niterói RJ, município que, em função da movimentação provocada pela UFF, transformou-se em uma cidade universitária. Em breve síntese, a estrutura da UFF conta com: Reitoria e Vice-reitoria – empossados pela Presidência da República após consulta à comunidade universitária; 3 Conselhos Superiores; 7 Pró-reitorias; e 5 Superintendências. Acrescenta-se a isso 41 Unidades Universitárias, sendo 11 delas localizadas em cidades do interior. No campo da representação política dos segmentos, destacamos: a Associação dos Docentes da UFF – ADUFF-SSind; o Sindicato dos Trabalhadores da UFF – SINTUFF; o Diretório Geral dos Estudantes Fernando Santa Cruz da UFF; e os Diretórios Acadêmicos.

É importante ressaltar que para a contextualização da UFF, foram utilizados os dados publicados na página de transparência da universidade (UFF TRANSPARÊNCIA, 2020). Verificou-se que, no primeiro semestre de 2020, a UFF possuía 57.289 alunos ativos na graduação, sendo 39.349 matriculados em cursos presenciais, 222 alunos inscritos no sequencial e 17.718 alunos pertencentes a cursos de Ensino a Distância (EAD). Ainda a partir da página de Transparência da UFF (2020), no que diz respeito ao corpo total de servidores, a universidade possuía um total de 3.515 servidores docentes ativos e 3.929 que compunham o quadro de técnico-administrativos em educação. Finalmente, sobre o total de cursos, são oferecidos 128 cursos de graduação, sendo 98 Bacharelados, 29 Licenciaturas e 1 Tecnológico. Ademais, há 344 cursos de pós-graduação, sendo 134 *strito sensu* e 210 *latu sensu*.



³ A principal base de dados consultada para tese teve como referência o ano de 2020.



3 COMPOSIÇÃO RACIAL DA COMUNIDADE DA UFF

Ainda na tarefa de descrever, na perspectiva de Bourdieu (2014), a forma como as forças e as oposições se distribuem na estrutura universitária, buscamos identificar a composição racial da comunidade da UFF. Essa opção se relaciona a um dos objetivos específicos da pesquisa, que visa a evidenciar de que maneira o racismo opera na estrutura de poder da instituição. É importante registrar que, na gestão em vigor (quadriênio 2018-2022), com exceção dos Conselhos Superiores, possuidores de uma composição colegiada, todos os espaços da gestão universitária restantes são dirigidos, majoritariamente, por servidores docentes brancos⁴. Ressaltamos que a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD é a única pasta da atual gestão universitária que é dirigida por uma servidora que se autodeclara negra (docente)⁵.

De acordo com os dados informados pela Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF - COSEAC (UFF, 2019a)⁶, o corpo docente da UFF, em 2017, considerando o recorte racial⁷, dividia-se em: 1428 brancos (39,5%), 74 pretos (1,9%), 213 pardos (5,8%), 15 amarelos (0,4%), 9 indígenas (0,3%) e 1780 não declarados (52,1%). Dessa forma, fica explícito o perfil majoritário de pessoas brancas, o que evidencia uma estrutura acadêmica fruto da reprodução de privilégios. No que diz respeito ao corpo discente, os dados de raça/cor da UFF destacados no estudo se relacionam a 2019. De acordo com a COSEAC (UFF/Coseac, 2019), o corpo discente fica distribuído da seguinte forma: 28.039 são brancos (23,76%), 7.660 são pretos (6,49%), 17.529 são pardos (14,8%), 881 são amarelos (0,75%), 161 são indígenas (0,14%) e 63.718 são não declarados (54,0%). Quando os dados de 2019 são desdobrados nos cursos, a tendência de haver uma maioria branca no corpo discente persiste. De acordo com o estudo, na totalidade de 103 cursos de graduação apurados, os estudantes brancos ocupam a maioria das vagas em 81 deles; a situação se

⁴ Tendo em vista que não há na UFF registro formal com a declaração da cor de todos os seus servidores, a identificação da cor dos dirigentes foi feita pelo processo de heteroidentificação (RODRIGUEZ, 2008), procedimento que utiliza a percepção social de outro(s), que não a própria pessoa, para promover a identificação racial.

⁵ A UFF já teve reitores e vice-reitores negros, como os docentes Sidney Luiz de Matos Mello e Aidyl de Carvalho Preis, contudo, a memória dos entrevistados informa que a composição racial das gestões da UFF sempre foi, majoritariamente, branca.

⁶ O estudo enfatiza que a instituição não disponibilizou e atualizou os dados relacionados à raça/cor de seu corpo docente. A hipótese levantada na tese é a de que a UFF não os possui, devido à resistência tanto da administração universitária em solicitar a atualização dos dados com o perfil racial de seus servidores quanto dos próprios docentes, no que toca ao preenchimento do item raça/cor nos cadastros institucionais.

⁷ Não foram encontrados dados com recorte racial sobre servidores técnico-administrativos em educação da UFF.

altera somente em dezenove cursos⁸, nos quais negros (pretos e pardos) são a maioria, havendo ainda, três cursos⁹ cujas porções de negros (pretos e pardos) e brancos são iguais.

Os dados coletados sinalizam que, mesmo com o crescimento das matrículas de estudantes pretos e pardos após aplicação da Lei 12.711/2012, a quantidade de estudantes brancos matriculados na UFF ainda é superior. Os motivos pelos quais a vantagem dos estudantes brancos ainda se mantém podem ser explicados considerando-se várias situações, como a dificuldade de gestão, a redução da demanda, entre outros, no entanto, ainda não se tem conhecimento exato sobre isso, tendo-se em vista que não foram encontradas pesquisas institucionais com esse foco. Contudo, é importante registrar que a UFF, até o ano de 2019, não tinha cumprido a meta de reservar 50% das suas vagas, desrespeitando, assim, a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do MEC em seu Artigo 17¹⁰, que indica a obrigatoriedade do cumprimento dessas metas pelas universidades até 30 de agosto 2016. De acordo com informe na página eletrônica institucional publicado no dia 5 de maio de 2019 (UFF, 2019), a UFF só conseguiria alcançar os 50% de reserva de suas vagas, conforme a Portaria do MEC, no ano de 2020.

De acordo com a pesquisa feita para a tese de doutorado, é fundamental frisar que a UFF, junto a outras universidades públicas do país, resistiu até o último momento em adotar algum modelo de ação afirmativa que tivesse recorte racial. As alegações dos dirigentes perpassavam o medo de “inconstitucionalidade” e argumentos como “racismo”, “o problema é social e não racial”, “desrespeito a autonomia universitária”, etc., (REITOR DA UFF: QUEREM NOS EMPURRAR GOELA ABAIXO LEI DAS COTAS, 2012). Assim, as cotas na graduação só chegaram à UFF por meio da força de uma lei federal (Lei 12.711/2012). Desse modo, não seria equivocado afirmar que persiste na UFF um processo de resistência institucional - racismo institucional (MOREIRA, 2019) - à inclusão dos estudantes de escola pública e não brancos, fazendo com que o seu perfil histórico de manutenção dos privilégios se prolongue ao máximo. Esse fato é constatado a partir dos dados levantados na pesquisa que evidenciam a permanência, ao longo dos anos, da composição majoritária de estudantes brancos no corpo discente.

⁸ Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Econômicas (Campos), Ciências Sociais (Campos), Curso Sup. de Tecnologia em Segurança Pública, Física (Pádua), Física (Volta Redonda), Geografia (Angra dos Reis), Geografia (Campos), História (Campos), Licenc. Interdisc. Educação do Campo (Pádua), Matemática, Matemática (Pádua), Odontologia (Nova Friburgo), Pedagogia (Angra dos Reis), Pedagogia (Pádua), Química, Serviço Social e Serviço Social (Campos).

⁹ Enfermagem (Rio das Ostras), Políticas Públicas (Angra dos Reis), Serviço Social (Rio das Ostras).

¹⁰ Art. 17 - As instituições federais de ensino que ofertam vagas de educação superior implementarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral do disposto nesta Portaria.

4 DEPOIMENTOS SOBRE OS CONFLITOS

O interesse na temática dos conflitos foi despertado a partir dos debates públicos sobre a viabilidade das políticas de ação afirmativa, concretizadas na forma de cotas raciais, nas universidades públicas brasileiras no início do século vigente. Na ocasião as hipóteses de possíveis conflitos raciais nas universidades foram debatidas e até mesmo vislumbradas. A realidade mostrou que, no momento da implementação das ações afirmativas nas universidades públicas, várias manifestações de racismo e preconceito se avolumaram e ganharam destaque. Esse fenômeno se concretizava, geralmente, na forma de conflitos entre estudantes negros(as) e não negros(as), entre estudantes negros(as) e docentes e entre estudantes negros(as) e a administração universitária. Para ilustrar o tema neste artigo, selecionamos alguns depoimentos sobre os conflitos observados durante o trabalho de campo que foram publicados na tese do autor deste trabalho.

Uma questão relevante, que surgiu logo de imediato durante o processo de investigação no campo, era se os conflitos com que estávamos lidando se referiam a estudantes cotistas negros ou somente a estudantes negros (sem a expressão “cotistas”). O caminho para a resposta foi indicado a partir do relato de um docente, negro do curso de Enfermagem, quando questionada se já havia tido ciência de conflitos envolvendo cotistas negros na UFF. Segue o relato da entrevistada:

Cotistas não, que ele se identificasse como cotista não, já ouvi falar de conflito sobre racismo [...] mas não [...] por ser cotista não, ignoro. A discriminação ela vai acontecer por você ser negro ou negra e não por ser cotista. Você chegou ali e vão te dizer que teve um favor, aliás eles vão te dizer qualquer coisa para te desqualificar, geralmente, muitos não vão te dizer e te chamar de crioula ou de crioula, nem de negro ou de negra, nem de macaco, mas que vão buscar um jeito para te desqualificar, [...] então, não é por ser cota não, vai ser por ser negro, por ser LGBT, mais que qualquer coisa. Docente negra do curso de Enfermagem e militante do ENUFF (SANTOS, 2020, p. 155).

O depoimento acima nos impõe uma reflexão sobre o perfil dos conflitos. Contudo, considerando o espaço limitado para o enquadramento deste artigo, iremos nos deter em salientar os principais pontos da análise. De forma sintética, é importante destacar alguns pressupostos básicos para dar conta das questões:

O *primeiro ponto* a ser considerado se refere ao fato de que a UFF possui um histórico reduzido de estudantes negros(as) em seus cursos. Inclusive, conforme indicou a pesquisa para a tese de doutorado, antes da Lei 12.711/2012, era comum, no imaginário social da comunidade universitária, a ideia de que os(as) estudantes negros(as) da UFF fossem somente oriundos de programas de intercâmbio com países africanos.

O *segundo ponto* diz respeito à existência de poucos negros(as) no corpo docente da universidade.



O *terceiro ponto* se relaciona à situação de a UFF ter resistido até o último momento em adotar as cotas para estudantes negros(as), que só foram possíveis a partir da sanção presidencial da Lei 12.711/2012.

O *quarto ponto* destaca que os(as) docentes da UFF estavam conscientes da mudança do perfil dos estudantes diante da Lei 12.711/2012 e de que toda a área acadêmica iria ser afetada pelo novo cenário proporcionado pelas cotas sociais/raciais.

Finalmente, o *quinto ponto*, e o mais importante: os(as) docentes da UFF não sabem, formalmente, quem são os(as) estudantes cotistas, sejam eles(as) negros(as), indígenas, deficientes, oriundos(as) de escola pública, etc. Podem até suspeitar, em função do tradicional perfil estudantil dos cursos, majoritariamente branco, mas não têm convicção ou confirmação.

Em síntese, o que está sendo sublinhado aqui se relaciona ao fato de a UFF, assim como outras universidades públicas do país, sempre ter tido consciência do perfil racial majoritário de sua comunidade, sem que nunca tenha havido interesse, por parte de gestões anteriores, em mudar verdadeiramente esse cenário. Por fim, reforçamos que a mudança desse contexto, mesmo com a intensa resistência interna, só se iniciou a partir da implementação obrigatória da Lei 12.711/2012.

Considerando os pontos listados acima, podemos inferir que a discriminação e o preconceito em relação aos(as) estudantes negros(as) na UFF acontecem independentemente da forma de acesso destes à instituição, ou seja, discriminar estudantes cotistas negros(as) é o mesmo que discriminar estudantes negros(as). A questão se concentra, então, na raça, pois não é o fato de o estudante ser cotista, e sim de ser negro ou negra que deve ser considerado. Dessa forma, fica demonstrada a força do *habitus* racial (LAHIRE, 2005) na instituição. Docentes, técnicos administrativos em educação e estudantes oriundos da ampla concorrência não sabem, formalmente, quem são os(as) estudantes cotistas durante o cotidiano de seus afazeres profissionais e acadêmicos. O conhecimento da “identidade de ingresso” do estudante só é possível, na maioria das vezes, após uma operação de investigação criteriosa, cruzando nomes na lista dos ingressantes do período específico por curso, ou somente após a revelação do próprio estudante. O que os depoimentos têm revelado é a ocorrência de uma generalização em relação ao estudante negro, isto é, na percepção de parte da comunidade universitária, todo(a) negro(a) é um(a) estudante cotista. Diante desse diagnóstico, o estudo tem condições de afirmar que as reações dos(as) estudantes negros(as) às manifestações de discriminação, explicitamente simbólicas ou não, promovidas por pessoas brancas na UFF configuram conflitos raciais.

Nesse sentido, salientamos que na UFF, a ocorrência de conflitos raciais envolvendo estudantes negros(as) não somente tem se comprovado, como também sempre foi silenciada dentro da comunidade. Apenas recentemente essa tendência tem se revertido. Ademais, apesar de

serem pouco noticiadas, as denúncias de conflitos chegam aos corredores da universidade, na maioria das vezes, pela atuação dos coletivos negros e antirracistas da UFF, o que evidencia o papel fundamental dessas organizações na luta por igualdade na instituição.

O depoimento a seguir resgata da tese a compreensão, na perspectiva dos entrevistados, da existência de relação entre o aumento de conflitos envolvendo estudantes negros(as) e a implantação do sistema de cotas sociais/raciais na instituição. Dessa forma, destacamos o relato de um docente do curso de Psicologia:

Quando voltei, em 2016, do pós-doutorado, certamente, cheguei aqui e encontrei uma situação de conflito entre professores com alunos na graduação [...]. Os conflitos eram o seguinte então [...] alunos reclamando de que o curso não envolvia a problemática racial, a história da África, a história das luta dos negros e indígenas e trazendo uma certa demanda para os professores, para que os professores incluíssem isso [...]. Então os professores relatavam que os alunos estavam muito agressivos e que os alunos queriam decidir o que os professores tinham que dar e que não queriam mais autores europeus [...]. Docente negro(a) do curso de Psicologia, militante do ENUFF (SANTOS, 2020, p. 158).

O depoimento do(a) docente confirma o clima de tensionamento na comunidade universitária durante o processo da implementação das cotas, apontando que o confronto não se dava somente do ponto de vista do convívio, mas também a respeito do conteúdo programático dos cursos. Isso porque os “novos” atores universitários desejam conteúdos e abordagens que se relacionem a suas trajetórias, ou seja, demandam que os cursos adotem autores negros e indígenas, além de temas que envolvam a questão racial brasileira e o continente africano em seus conteúdos, programas e currículos.

De acordo com González (1984), o privilégio social e o privilégio epistêmico andam juntos, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. Nesse sentido, os “novos” estudantes negros vão confrontando a reprodução do *habitus* racial na universidade, aquela crença de que “sempre foi assim”, o que configura um contraponto à hierarquização dos saberes como produto da classificação racial da população. Complementarmente, a seguir destacamos um relato coletado na pesquisa que evidencia a manifestação de *conflitos no corpo discente envolvendo estudantes negros(as)*. Trata-se de um relato referente à experiência de um(a) estudante de Geografia do Instituto de Geociência da UFF:

Ocorrem sim, aqui na Geografia, constrangimentos, estranhamentos, [...] sempre teve. Existem atendimentos de forma diferenciada no departamento, negação de saberes, etc. [...] Eu tento fazer um trabalho com os alunos para que eles possam perceber e compreender a origem do problema, e assim verbalizar para alguns de nós o que significa ser negro nesse departamento. Vou falar de um caso recente que chegou de informação pra mim, [...] aconteceu caso de alunos no laboratório, onde um deles percebeu estranhamento em relação ao seu corpo negro, [...] teve aluno que reclama do cabelo black dele [...] ele já reagiu e veio aqui no departamento. Docente negro(a) do curso de Geografia e militante do ENUFF (SANTOS, 2020, p. 163).



O caso explicita o estranhamento sobre o corpo negro no espaço acadêmico e evidencia como a reação dos estudantes negros enfrenta o *habitus* racial (LAHIRE, 2005) consagrado na UFF. Os constrangimentos racistas, quando se desdobram em conflitos, não têm como objetivo atingir somente o(a) estudante “cotista” negro(a), mas sim o(a) estudante negro(a), independentemente da sua forma de acesso à universidade. Ou seja, o problema reside nos corpos negros, que percebidos como “novos”, não deveriam estar onde estão. Nesse sentido, eles seriam tomados como “coisas” fora do lugar, como “incapazes”, cujos destinos só lhes reservaria o fracasso. Esse contexto nos revela a intensidade da violência simbólica (BOURDIEU, 1989) produzida na universidade em questão e reproduzida por parte de sua comunidade, demonstrando também a força do *habitus* racial (LAHIRE 2005) na instituição, que insiste em manter a universidade com baixíssima presença de estudantes negros(as).

Adiante, salientamos um relato que se enquadra na forma de *conflitos entre estudantes negros(as) e docentes*. O episódio conflituoso envolvendo estudantes e docentes aconteceu durante uma aula ministrada para o curso de Comunicação Social.

Teve problema uma vez na aula de fotografia. Meu namorado, que também é estudante do curso, sofreu um constrangimento horrível, que ele mesmo na hora não entendeu o que estava ocorrendo. Eu explico! Ele é africano, moçambicano, negro, e na hora do ocorrido ele não estava entendendo direito o significado das palavras usadas por causa da língua. [...] Tudo ocorreu na aula de fotografia, eu já estava na sala, mas meu namorado não. Ele estava atrasado em função do ônibus. [...] Ele chegou no IACS, pediu para entrar na sala, o professor permitiu e em seguida solta a gracinha: “chegou o estudante exótico”. Na hora a galera ficou rindo, inclusive o professor, eu fiquei estarelecida, como assim, estudante exótico! Meu namorado também não entendeu nada, sentou perto de mim e tocamos a aula. Depois do término da aula eu expliquei o significado daquilo para ele. O homem ficou puto, muito irritado mesmo, queria tomar atitudes diretas com o professor. [...]. Lembrei a ele que era estrangeiro e que tinha que baixar a bola. [...] Outro dia, na próxima aula com o mesmo professor, retomamos o ocorrido. No início, ainda tentou se justificar dizendo que não era preconceituoso, [...] que tudo foi uma brincadeira, etc. [...] aquelas coisas que os brancos sempre falam para não se enquadrarem como racistas. O debate surgiu em sala de aula, e surpreendentemente para mim, muitos alunos ficaram do lado do professor. No final das contas, o professor se comprometeu que isso não ia mais ocorrer, mas dizendo que, para ele, chamar de exótico não tinha nada de mais. Estudante cotista negro(a) do curso de Comunicação e militante do CENUFF (SANTOS, 2020, p. 169).

O relato do conflito se vincula diretamente ao poder dos(as) docentes na estrutura acadêmica da UFF, em especial, com relação à autoridade em sala de aula. Esse depoimento, contextualizado em sala, demonstra não somente o drama (TURNER, 1996), mas também a forma como se realiza o racismo recreativo, fenômeno que se manifesta por meio de brincadeiras, piadas “fora de hora” e “gafes” preconceituosas, e o racismo aversivo, que diz respeito à discriminação



protagonizada por aqueles que não se consideram racistas e se dizem publicamente defensores da igualdade (MOREIRA, 2019).

Enfim, o relato deixa evidente que a inclusão do(a) estudante negro(a) na universidade, no período mais recente, causa incômodo em parte dos(as) docentes brancos(as) da instituição. A manifestação do professor explicita que os questionamentos de espaços predeterminados, que brancos e negros ocupam no imaginário social dominante, é uma das principais motivações para os conflitos envolvendo estudantes negros(as) na UFF. Como salientado, os conflitos de cunho racial com docentes se acirraram após a implementação das cotas.

Em seguida, destacamos um relato referente aos *conflitos entre estudantes negros(as) e a administração da UFF*. Nessa modulação, as entrevistas revelaram que os conflitos envolvem, principalmente, questões relacionadas às fraudes no sistema de cotas. Vejamos o depoimento de uma estudante de Sociologia:

Já verificamos muitas fraudes, teve um ano, acho que em 2018, nós fizemos um levantamento para verificar os fraudadores [...] a gente verificava na sala e comparava nome na lista e mandava na rede social [...] suspeita de fraude levantada a gente enviava para os grupos (*whatz app* e *facebook*): “achei um fraudador aqui, [...] lança o nome e curso” e assim o pessoal trocava as informações. Com a nossa divulgação a gente ficava sabendo que tinham candidatos eliminados que recorriam. O lema era: “quem conhece fraudador denuncia”. Em geral, o coletivo mandava as denúncias para coordenação de curso, ou então ia bater na PROGRAD, pra ver, questionar e requerer uma posição. Estudante negro(a) do curso de Sociologia, dirigente do DCE e militante do CENUFF (SANTOS, 2020, p. 172).

Esses relatos não somente revelam a gravidade de um(a) estudante negro(a), devidamente matriculado(a) na instituição, ser impedido(a) de acessar o espaço público, mas também o poder de articulação dos coletivos negros da UFF no enfrentamento ao racismo. No caso das fraudes no sistema de cotas, os coletivos de estudantes negros(as) são os principais protagonistas das denúncias na UFF. São eles que, por meio de sua “vigilância” em sala de aula, sustentada por articulações em redes sociais, dão visibilidade às suspeitas, fazendo chegar à imprensa as suas denúncias e, eventualmente, à ouvidoria da universidade. No que diz respeito aos impactos na instituição, após os conflitos referentes às denúncias de fraudes no acesso à universidade pelas cotas, destacamos a criação da Comissão de Aferição da UFF, que entre outras finalidades, busca apurar as denúncias e solucionar, junto ao Ministério Público, os casos de fraude.

De forma sintética, as análises dos relatos demonstram também que a comunidade universitária é o principal espaço social dos conflitos de perfil racial, ou seja, é o campo, na perspectiva de Bourdieu (2004). É nesse campo de forças que acontecem os embates de diferentes posições sociais, referenciados nos variados calibres de capital global. É na comunidade

universitária que as representações e as tomadas de posição no enfrentamento às violências simbólicas (BOURDIEU, 1989) são realizadas. Ademais, é nesse espaço social que ocorrem as lutas tanto para a conservação do *habitus* racial (LAHIRE 2005) quanto para a sua transformação. Nesse sentido, as análises sinalizam que a UFF não se preparou de maneira adequada para receber os(as) estudantes negros(as), oriundos(as) de políticas de cotas, com os direitos garantidos em sua plenitude.

Finalmente, com base na perspectiva do racismo estrutural, as análises partilham o pressuposto de que a UFF, como qualquer instituição, reproduz, em maior ou menor grau, os padrões de funcionamento da estrutura social, que, no caso brasileiro, tem o racismo como um de seus pilares (ALMEIDA, 2018) de manutenção de privilégios. Partindo da compreensão de que a estrutura social é constituída por variados conflitos – raciais, sexuais, de classe etc., é também inteligível que as instituições podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito. Para isso, fazem-se necessários a construção e o aperfeiçoamento de espaços ou mecanismos institucionais para tratar os conflitos, caso contrário, as relações do cotidiano exercidas no interior das instituições, vão “(re)produzir”, automaticamente, essas práticas sociais, entre as quais está o racismo, tanto na sua forma de violência física quanto simbólica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo se concentrou em dar destaque às principais reflexões sobre a atuação dos coletivos negros e antirracistas da UFF nos conflitos raciais envolvendo estudantes negros(as), contextualizados no processo de implementação das ações afirmativas, durante os anos de 2017 a 2019. A seguir, preocupamos-nos em trazer uma breve síntese do resultado dessas reflexões.

Entre as questões discutidas, estavam aquelas relacionadas ao perfil dos conflitos envolvendo estudantes negros(as) na UFF. A principal hipótese de resposta era a de que se tratava tipicamente de conflitos raciais e de que, portanto, o aspecto relacionado à forma de acesso desses(as) estudantes era menos relevante do que o seu pertencimento racial.

Ainda no campo das hipóteses, mas no que diz respeito à relação entre os conflitos e a implementação das cotas, foi indicado que o aumento dos conflitos raciais na UFF estaria associado à implementação das ações afirmativas, em especial, por causa da Lei 11.711/2012, que reserva vagas na graduação para estudantes pretos e pardos.

A coleta de dados e sua posterior análise confirmaram as hipóteses. Em especial, no que diz a respeito à existência dos conflitos raciais na UFF, o estudo, no qual este artigo foi baseado

afirma que eles ocorrem e são estruturados, principalmente, a partir de disputas no campo simbólico (BOURDIEU, 1989) em torno da manutenção e/ou confrontação do privilégio dos segmentos brancos universitários. Finalmente, no que tange o papel dos coletivos negros e antirracistas no processo de conflitos, o artigo destaca que a atuação dos coletivos foi fundamental não somente para dar visibilidade às divergências, mas também para possibilitar conquistas da pauta negra e antirracista na UFF. Sobre o impacto desses conflitos, foram observadas algumas consequências importantes tanto no campo institucional quanto nas reivindicações de cunho político da comunidade universitária que nos cabe registrar. No campo institucional, destacamos: a criação da Comissão de Aferição; a abertura de concurso para docentes em vagas destinadas à abordagem das relações raciais; a aplicação das cotas para negros nos editais de concurso docente; e a adoção de ações afirmativas nos programas de pós-graduação. A respeito dos impactos na pauta política, o estudo identificou que, nos enfrentamentos, a questão racial se faz mais presente no cotidiano universitário.

De forma sintética, podemos salientar que a discussão sobre o racismo conquistou mais espaço e que, junto a outras pautas referentes às questões identitárias, alcançou um patamar de maior reconhecimento pela comunidade da UFF.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.

BOURDIEU, P. L'objectivation participante. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, n. 150, p. 43-58, dez, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Cia das Letras, 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.



LAHIRE, B. **L'homme pluriel**: Les ressorts de l'action. Paris: Armand Colin, 2005.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

O GLOBO. **Reitor da Uff**: querem nos empurrar goela abaixo lei das cotas. 28 set. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/vestibular/reitor-da-uff-querem-nos-empurrar-goela-abaixo-lei-das-cotas-6220560>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SANTOS, M. B. **Conflitos na Universidade Federal Fluminense**. Uma reflexão sobre as interações entre estudantes cotistas negros e comunidade universitária no contexto das ações afirmativas. (Tese de doutorado). Niterói: UFF/PEPPS, 2020.

TURNER, V. **Schism and continuity in an African society**. Manchester: MUP, 1996.

UFF. **25% dos alunos tem renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio**. 10 mai. 2019. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=25-dos-alunos-tem-renda-familiar-bruta-igual-ou-inferior-um-salario-minimo-e-meio>. Acessado em: 16 jan. 2020.

UFF. **Sistema de Transparência**. 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/transparencia/>. Acesso em: 20 fev. 2020

Enviado em: 18/05/2021

Aceito em: 14/06/2021

Página 87